

A HISTÓRIA QUE FOI USADA NOS TOMBAMENTOS E NA CONSERVAÇÃO DA CASA DO CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, São Paulo, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p49-79>

RESUMO

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) foi Presidente da República do Brasil entre 1902 e 1906. A casa em que morou em Guaratinguetá (SP), construída em taipa nos meados do século XIX, foi tombada nos níveis federal e estadual. Por meio dos processos de tombamento e de alguns eventos relativos à conservação deste bem cultural, examinamos os conteúdos históricos que circularam nos órgãos de patrimônio entre a década de 1960 e o começo do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Tombamento. História de São Paulo (Estado).

THE HISTORY USED IN THE HERITAGE LISTING PROCESSES AND IN THE CONSERVATION OF THE HOUSE OF COUNSELOUR RODRIGUES ALVES

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, São Paulo, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p49-79>

ABSTRACT

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) was the President of the Republic of Brazil from 1902 to 1906. The house where he lived in Guaratinguetá, a city located in the State of São Paulo, was built using the *taipa* technique in the mid-19th century and is listed as a heritage site in both Federal and State levels. We examined historical contents from cultural heritage institutions between the 1960s and the early 21st century, including documentation of the cultural heritage listing process and of some events related to the conservation of this cultural asset.

KEYWORDS

Cultural heritage. Heritage listing. History of São Paulo (State).

No Vale do Paraíba paulista, no centro da cidade de Guaratinguetá, na Rua Dr. Moraes Filho, nº 41, está a Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1969 e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1970.

FIGURA 1

Fotografia da frente da Casa de Rodrigues Alves, na Rua Dr. Moraes Filho, em 1969. Inserida numa série de dez imagens enviadas ao Condephaat pela Prefeitura Municipal¹.

Fonte: CONDEPHAAT. Processo 08497/69. São Paulo, 1969b, f. 9.

Fotografia: autoria desconhecida.



1. As imagens deste artigo foram formatadas de modo a serem compreendidas como parte dos autos armazenados nos arquivos oficiais. Assim, as legendas explicitam o documento no qual se inseriam e foram mantidas no recorte da imagem as características físicas que expressam essa origem: as bordas de papel às vezes dobradas, o amarelecimento das fotografias, os restos de fita adesiva, o cabeçalho do papel timbrado e outras.

FIGURA 2

Fotografia da lateral da Casa de Rodrigues Alves, na esquina da Rua Dr. Morais Filho com a Rua Dr. Martiniano, em 1969².

Fonte: CONDEPHAAT. Processo 08497/69. São Paulo, 1969b, f. 10.

Fotografia: autoria desconhecida.



Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá (SP), em 1848, numa família de comerciantes e fazendeiros que prosperaram na atividade cafeeira. Formou-se pela então Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1870. Teve uma bem-sucedida carreira política, que incluiu: o título de Conselheiro do Império do Brasil; o Governo da província paulista por três vezes, sendo a primeira em 1887; a pasta das finanças em dois governos da nascente República, de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes; também foi senador e, como deputado, esteve na constituinte de 1891; em duas ocasiões foi eleito para a Presidência da República, tendo exercido o primeiro mandato entre 1902 e 1906. Faleceu no começo de 1919, após ter sido eleito Presidente da República pela segunda vez³. Em 1875, Francisco de Paula casou-se com uma neta do Visconde de Guaratinguetá, da família Oliveira Borges, que construíra a casa aqui examinada, em taipa. Foi depois do casamento, então, que a casa tornou-se a morada de Rodrigues Alves.

O estudo da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves insere-se numa

2. O doutor Martiniano, que dá nome à rua da lateral da casa, foi sogro de Rodrigues Alves e é tido como o construtor da casa.

3. Para as informações referentes a Rodrigues Alves, valemo-nos da biografia publicada por Afonso Arinos no começo da década de 1970. Por ser casado com uma sobrinha-neta do ex-Presidente, o autor teve acesso a inúmeros documentos que estavam sob a guarda da família.

pesquisa que examina bens tombados do território paulista oriundos do período entre 1830 e 1930. Por meio da análise dos processos de tombamento⁴ e de conservação de certos bens edificados, buscamos apreender os valores e conteúdos históricos atribuídos aos vestígios do período cafeeiro ao longo das últimas décadas. Entretanto, este estudo não trata de, anacronicamente, cobrar dos responsáveis pelo “patrimônio histórico e artístico” de décadas atrás que tivessem sobre o passado uma compreensão mais democrática e antropológica, a que somente chegamos em tempos posteriores.

Temos por pressuposto que os avanços alcançados no país pelas políticas do patrimônio cultural – principalmente na patrimonialização de bens imateriais que são referência para afrodescendentes, indígenas e outros grupos antes desconsiderados – provocam alterações de toda ordem (ARANTES, 2010, p. 63), inclusive conceitual e, portanto, geram necessidade de revisão naqueles bens materiais que se tornaram patrimônio há décadas e que se constituíram em “monumentos” tombados sob justificativas e valores que hoje não são relevantes, como “casa onde residiu o mais ilustre Presidente da República de origem paulista”, “casa onde nasceu o grande escritor”, “edifício onde se assinou a lei”, “construído pelo Barão” etc.⁵

Analisando como certos elementos históricos foram mobilizados e circularam nos órgãos de patrimônio nas últimas décadas, pretendemos, modestamente, contribuir para as reflexões que viabilizem a dita revisão. Para chegar a tal finalidade, este texto precisa da paciência do leitor, já que os dados históricos, por serem poucos e esparsos e por terem sido selecionados sem sistemática ao longo das décadas, requerem que tomemos com vagar e minuciosamente os documentos para entendermos como foram sendo incorporados e quais os significados que lhes foram atribuídos. O grau de insuficiência ou de inadequação dos conteúdos históricos nos documentos oficiais provoca certa aflição, pois até o presente não dispomos de informações primárias acerca deste bem protegido há quase meio século; como mostra o artigo, até hoje se desconhece como e quando a casa foi

4. Sobre a natureza e a composição de processos de tombamento, ver a dissertação de mestrado de Maira Grigoletto (2009, p. 98 e ss.).

5. Em fase posterior, esta pesquisa pretende refletir sobre os conteúdos históricos veiculados nos bens tombados sob o ponto de vista das discussões atuais da história pública e do presentismo. Sobre isso, ver, principalmente, os textos de Andrew Hurley, Michael Frisch, James Loewen, David Lowenthal e François Hartog.

construída, ou melhor, até hoje não se considerou como tarefa primordial a busca de tais informações sobre o passado dessa casa que foi tombada por “valor histórico”.

OS TOMBAMENTOS EM NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL

Em junho de 1964, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) pediu ao órgão federal do patrimônio – naquela altura denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e doravante neste texto designado como Iphan – o tombamento da “antiga residência do Conselheiro Rodrigues Alves”. No pedido, o Instituto reconhecia que a ideia fora proposta por seu membro Vinício Stein Campos. À época, Stein Campos era membro do IHGSP e chefe do Serviço de Museus Históricos do mesmo Estado, portanto, responsável pelos museus históricos e pedagógicos que foram criados anos antes, por decreto do Governador Jânio Quadros (MISAN, 2008). Assim, com o pedido do IHGSP, começa o processo 738-T-64, que contém 75 folhas, sendo as primeiras 55 referentes propriamente ao tombamento; as demais dizem respeito aos percalços do Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves, que desde a década 1980 instalou-se na casa em questão.

Após este pedido inicial, Rodrigo Mello Franco de Andrade solicitou informações e principalmente fotografias da casa a Luis Saia, chefe do 4º Distrito do Iphan, sediado na capital do Estado de São Paulo. Naquela altura, o Iphan tocava conjuntamente os estudos para tombamento da Casa de Rodrigues Alves em Guaratinguetá e da Casa de Prudente de Moraes em Piracicaba, duas moradas de paulistas que chegaram a Presidente da República.

Como se menciona algumas vezes ao longo dos autos, o fato de o tombamento ter sido solicitado por terceiros, isto é, de não ter nascido como proposta do próprio órgão de patrimônio, implicava que era preciso reunir as informações sobre a edificação que seriam levadas ao Conselho Consultivo, a quem cabia deliberar sobre tombamentos. No meio da correspondência que durou anos, Rodrigo M. F. de Andrade externou sua decepção por não ter recebido do Instituto Histórico paulista os dados para instruir o Conselho; necessitava ao menos “da data precisa ou aproximada da construção e alguns dados históricos sobre o imóvel” (BRASIL, 1964, f.

11). Passa o tempo e não vem informação de São Paulo sobre a edificação, nem do Instituto Histórico e tampouco da parte de Luis Saia.

No Rio de Janeiro, a direção central do patrimônio nacional é pressionada por ofícios reiterando o pedido de tombamento, dentre eles, o da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo (BRASIL, 1964, f. 6). Diversas vezes, Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra impaciência diante do silêncio de Luis Saia, como em outubro de 1966, quando cobra novamente o chefe de distrito: “Se você tiver objeção a um ou outro dos tombamentos pleiteados, aduza as razões em que se fundar. Mas é indispensável que você não retarde por mais tempo a deliberação definitiva a respeito das questões”. E lembra que a decisão não cabe a Saia, “pois tal deliberação é da alçada do Conselho Consultivo” (BRASIL, 1964, f. 12).

Cinco dias depois, Saia responde que à sua chefia “faltam meios e pessoal para determinadas pesquisas” e que por isso solicitara alguns dados ao IHGSP. De acordo com Saia, como não está em questão o valor arquitetônico – “as residências em pauta (de Rodrigues Alves e de Prudente de Moraes) nem são exemplares muito significativos de sua época, último quartel do século passado” –, seria indicado garantir a confirmação de que os presidentes teriam residido nesses edifícios. Saia relata que esteve duas vezes em Guaratinguetá para visitar a casa, do que foi impedido pelos proprietários. Segundo ele, a família mantém a casa fechada e, por fora, vê-se que “foi bastante modificada no seu exterior”. Para ele, há outras edificações paulistas do período que mereceriam ser priorizadas e sua opinião é de que se aguarde situação mais favorável ao tombamento das casas dos presidentes em Guaratinguetá e Piracicaba, quando se obtiverem informações mais consistentes. O teor dessa carta de Luis Saia mostra que ele não se comunicava há um bom tempo com a central do Rio de Janeiro (BRASIL, 1964, f. 13-15). Como mostrou a análise de Maira Grigoletto do caso piracicabano sobre a postura adotada por Saia, o silêncio do arquiteto deve ser entendido como intencional, como estratégia deliberada para travar o tombamento dessas casas (GRIGOLETO, 2009, p. 115 e p. ss.).

Os estudos são concluídos com este parecer desfavorável ao tombamento, de outubro de 1966. Mas apenas na metade do ano de 1969 os autos são encaminhados ao relator-conselheiro Américo Jacobina Lacombe, sem que nenhuma razão para esta interrupção tenha ficado documentada. No

relato-parecer, o conselheiro Lacombe reclama da demora entre o pedido de tombamento e a chegada dos papéis ao Conselho e diz ser favorável ao tombamento, com a ressalva de que ao Distrito em São Paulo caberá preservar o espaço “no estado em que se encontrava quando habitado pelo estadista quando pela segunda vez foi chamado a ocupar a suprema chefia da nação”⁶ (BRASIL, 1964, f. 18-21).

Reunido o Conselho Consultivo em 2 de setembro de 1969 sob a presidência de Renato Soeiro, o tombamento foi acatado por todos os presentes. Pela ata da reunião sabemos que o conselheiro Afonso Arinos, familiar e biógrafo do presidente Rodrigues Alves, “trabalhou por este tombamento e que visitando a casa encontrou um grande e importante conjunto de documentos que relata a vida social do Vale do Paraíba desde o tempo da Colônia”, para os quais sugeria pedir aos descendentes do Presidente da República que permitissem que o Instituto Histórico de São Paulo ou do Rio de Janeiro os classificasse (BRASIL, 1964, f. 22-27). Os autos desse processo do Iphan aberto em 1964, entretanto, nada documentam sobre a atuação de Afonso Arinos no caso. Notificados os proprietários do imóvel, transcorrido o prazo para possíveis impugnações, foi feita a inscrição no Livro do Tombo Histórico em 2 de dezembro de 1969, à folha 68, sob o número 419.

No Condephaat, os primeiros autos do processo de tombamento 8497, da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, são de março de 1969, quando este órgão de patrimônio iniciava seu funcionamento; nas primeiras folhas, os papéis sequer têm o timbre do patrimônio (RODRIGUES, 2000). No nível estadual, o pedido de tombamento teve origem no próprio conselho oficial e foi lavrado por Vinício Stein Campos, que naquele tempo era Conselheiro e Secretário do Condephaat e permanecia como membro do IHGSP e chefe do Serviço de Museus Históricos (SÃO PAULO, 1969b, f. 2). Reencapado na metade da década de 1980, este processo tem 35 folhas referentes ao tombamento, que vão de março de 1969 a fevereiro de 1973. Em seguida,

6. Mais de uma vez mencionam-se as fotografias da Casa de Rodrigues Alves produzidas por Herman Graeser, mas as ditas imagens não constam nos autos digitalizados fornecidos pelo Iphan. No Arquivo Central, no Rio de Janeiro, na Série Inventário – Caixa 606, pasta 02, E11 –, estão armazenadas 18 fotografias remetidas a Renato Soeiro por Arnaldo Rebollo; no cartão que antecede as imagens, sem informar sobre sua autoria, Rebollo afirma que as fotografias “foram batidas em 5/6/69”; duas dessas fotografias seguem aqui apresentadas.

vêm incorporadas as cerca de 70 folhas que documentam a desapropriação da casa pelo Governador do Estado, Paulo Egydio Martins, em 1979.

Quando se abre o processo no Condephaat, em março de 1969, o tombamento pelo Iphan estava parado. Quase um ano depois, em fevereiro de 1970, o arquiteto Carlos Lemos foi a Guaratinguetá para cumprir a tarefa que lhe fora solicitada nos últimos dias de 1969: fazer um levantamento arquitetônico completo da casa. Em menos de 10 linhas, Lemos conta que foi impedido de entrar na casa por seus proprietários; pelo que viu das ruas e do quintal, verificou que “houve substanciais alterações na construção que, sob o ponto de vista arquitetônico, não merece nossas atenções quanto ao tombamento proposto” (SÃO PAULO, 1969b, f. 18).

Em vista disso, a presidente do Condephaat, Lucia Falkenberg, pede informações históricas a Vinicio Stein Campos, que responde num tom marcadamente ufanista, em duas laudas de letras miúdas (SÃO PAULO, 1969b, f. 20) – o maior texto de todo o processo –: “Só a circunstância de haver exercido a Presidência da República seria, a nosso ver, razão bastante para que se transformasse a casa em que sempre residiu em Guaratinguetá num monumento histórico de seu país”. Referindo-se ao conjunto de fotografias enviadas pela prefeitura de Guaratinguetá, do qual retiramos as duas que iniciam este texto, afirma que por elas se vê o valor histórico do edifício; com acidez, responde ao desprezo anterior manifestado pelo arquiteto Carlos Lemos:

Precisaríamos não ter nenhuma sensibilidade histórica para não vermos, à mais superficial observação, mesmo através de meras fotografias, a perfeita identificação do tradicional edifício com a arquitetura do período em que ele exerceu tão marcada atuação na política nacional [...].

Dias depois do parecer de Stein Campos, a presidente do Condephaat relata o processo afirmando que “foi acrescido de fartos pareceres” (SÃO PAULO, 1969b, f. 22). De acordo com a presidente, não é necessário reunir informação arquitetônica, pois “os arquitetos” informaram que a construção sofreu alteração substancial e que sob este aspecto a casa não merecia tombamento. Em 24 de abril de 1970, a resolução do tombamento da Casa de Rodrigues Alves foi publicada no Diário Oficial. Não se registra nos

autos a inscrição no livro de tombo.

Seguramente, Stein Campos desejava que a Casa de Rodrigues Alves em Guaratinguetá fosse preservada para ali instalar o seu Museu Histórico e Pedagógico (MHP), da mesma maneira como fizera em Piracicaba com a Casa de Prudente de Moraes, com a diferença de que no caso de Piracicaba ele mencionou de pronto sua intenção de manter o museu no prédio tombado (SIQUEIRA, 2014, p. 50).

Como se vê, Vinício Stein Campos – que era a um só tempo o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Serviço de Museus Históricos paulista – esteve na solicitação dos tombamentos federal e estadual. Por sua vez, Lucia Falkenberg não era apenas presidente do Condephaat, presidia também o Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, pelo qual solicitara à Prefeitura de São Paulo, durante o ano de 1968, que se criasse um Museu Imperial no centro da capital paulista. Nesse tempo, quem se encarregava de planejar o tal Museu Imperial era a “conservadora de museus da prefeitura” de São Paulo, Maria Aparecida Rodrigues Alves, neta do Presidente Rodrigues Alves. Havia ainda a sobrinha-neta do Presidente, a esposa de Afonso Arinos, Conselheiro do Iphan (SÃO PAULO, 1969a, f. 4-5 e 46).

Numa visada relativamente estreita, sem investigar outras relações políticas ou de parentesco, temos uma rede de pessoas articuladas para inúmeras iniciativas que visavam à construção da memória paulista. Tal intenção ultrapassava o espectro estadual, pois também buscava projetar a memória paulista em nível nacional; ademais, na década de 1960 essas iniciativas de solicitação de tombamento das casas dos presidentes da República naturais de São Paulo – se tomarmos apenas os casos de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves – são pequeníssima parte de um grande quadro que inclui as comemorações do Quarto Centenário da capital paulista em 1954, a criação dos primeiros Museus Históricos e Pedagógicos pelo Governador Jânio Quadros em 1957, a própria criação do Condephaat em 1968 e os preparativos para as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972.

Dado que os arquitetos do Iphan e do Condephaat negaram valor arquitetônico que justificasse a proteção da Casa de Rodrigues Alves, que o Iphan não costumava tomar edificações referentes a personagens ilustres

de nossa história (RIBEIRO, 2012, p. 233), e que o Condephaat ainda não tinha estabelecido diretrizes ou rotina para seus tombamentos, pois estava no começo de suas operações (RODRIGUES, 2000), considerando tudo isso, entendemos que a Casa de Rodrigues Alves acabou tombada nas instâncias federal e estadual por ter sido bem-sucedida a intenção do Governo paulista em consolidar certa identidade regional e projetar a atuação de São Paulo na memória do nascimento da república no país (MISAN, 2008); agindo por tal interesse, valeu principalmente o empenho de Stein Campos, inserido numa vasta rede de mediação política nos órgãos oficiais.

FIGURA 3 e 4

Fotografias da parte posterior da Casa de Rodrigues Alves, inseridas em uma série de 18 imagens enviadas por Arnaldo Rebollo a Renato Soeiro, em julho de 1969.

Fonte: IPHAN. Série Inventário. Guaratinguetá/SP. Casa de Rodrigues Alves. Fotos 71.214 a 71231. Caixa 606, Pasta 02, E 11. Arquivo Central, Rio de Janeiro.

Fotografia: autoria desconhecida.



DUAS TRAJETÓRIAS: O MUSEU E A CASA DE RODRIGUES ALVES

Desde o início dos Museus Históricos e Pedagógicos no Estado de São Paulo, Vinício Stein Campos preferiu instalá-los em “prédios históricos”:

O fato de o museu ter sua sede em uma construção histórica também era importante, pois Stein procurava priorizar a instalação dos MHP em construções onde nasceram ou viveram os patronos dos museus. Para tanto, muitas vezes recorria ao Condephaat, de que foi membro conselheiro (1967-1975), na tentativa, em grande parte bem-sucedida, de obter o tombamento do edifício para em seguida instalar o museu. Com o apoio do Governo do Estado, procurava legitimar antigas construções em casas históricas. Dessa maneira, além de procurar garantir a preservação do edifício enquanto arquitetura, Stein buscava instalar seus museus em construções que tivessem importância relevante para o Estado. Essa ação [...] era uma via de mão dupla, pois, de um lado, afirmava a hegemonia do Estado em atestar a “historicidade” de seus edifícios históricos, e, por outro, conseguia o apoio do próprio Estado para a implantação de seus museus históricos naquilo que considerava como legítimas casas históricas. (MISAN, 2008, p. 193)

Apesar da vinculação que Stein Campos estabeleceu entre o museu e a Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, e apesar das confusões recorrentes que vemos nos textos oficiais em que os dois coincidem⁷, são distintas as trajetórias do museu e da casa: criado na década de 1950, o museu só veio a se instalar na casa em 1982; depois dessa data, o museu funcionou também em outros lugares. Vejamos o percurso de cada um deles, lembrando que nosso objeto é o bem tombado e, portanto, o ocorrido com o museu apenas nos interessa na medida em que esclarece o tratamento conferido à Casa de Rodrigues Alves.

Entre 1958 e 1969, o museu de Guaratinguetá – que ainda não era

7. Ver adiante, nota 10.

denominado Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves nos documentos⁸ – funcionou em dois lugares, sustentado por particulares reunidos numa Associação de Amigos. No fim da década de 1960, justamente na época em que se consolidavam em níveis federal e estadual os tombamentos da casa em que morou o Presidente da República, o museu foi desativado por falta de recursos. Em 1979, depois de uma década fechado, o museu reabriu em outro prédio municipal (SÃO PAULO, 1989, f. 14 e ss.). Enquanto o museu reabria, o Governo de São Paulo desapropriava a casa.

Em abril de 1982, concluídas na casa algumas obras que mais tarde vão ser qualificadas como “superficiais”, por se tratar apenas de pintar e cobrir rachaduras, o MHP Rodrigues Alves instalou-se na edificação. O museu esteve na morada de Rodrigues Alves entre 1982 e 1986, quando foi fechado em razão da interdição da casa, que supostamente corria risco de desabamento.

No segundo semestre de 1988, o museu foi instalado em outro prédio, também no centro da cidade. Nessa altura, a diretora do museu, Maria Aparecida Couppé Schmidt, insistia para que se acelerassem as obras da casa, interrompidas por escassez e atrasos no repasse das verbas e erros na licitação; afirmava que o acervo⁹ sofria com tantas mudanças de lugar e que tinha posto sob custódia de um banco as peças mais significativas (SÃO PAULO, 1988, f. 17).

Como veremos no exame da casa, nos autos do Condephaat há muita informação sobre a edificação nos anos de 1980 e 1990. Propriamente sobre o museu, no entanto, depois de 1988 só dispomos de dados a partir do começo do século XXI, quando a Associação dos Amigos do MHP Conselheiro Rodrigues Alves propõe uma reforma, encaminhada ao Condephaat por um escritório de arquitetura, na qual se pretende cobrir a área do quintal de modo a criar um café e um espaço para exposições transitórias (SÃO PAULO, 2002). Nos anos de 2002 e 2003, as dezenas de folhas do processo 43684 do

8. Ao longo do tempo, o museu teve diferentes denominações: Museu Histórico Municipal, Museu Histórico do Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves, Museu Histórico e Pedagógico de Guaratinguetá, Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves e, por fim, Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves.

9. Segundo a diretora, o acervo era composto de aproximadamente mil peças, das quais 636 eram documentos e o restante constituía-se de objetos e mobiliário, como os conjuntos de sala-de-visitantes, sala-de-jantar e o quarto do casal.

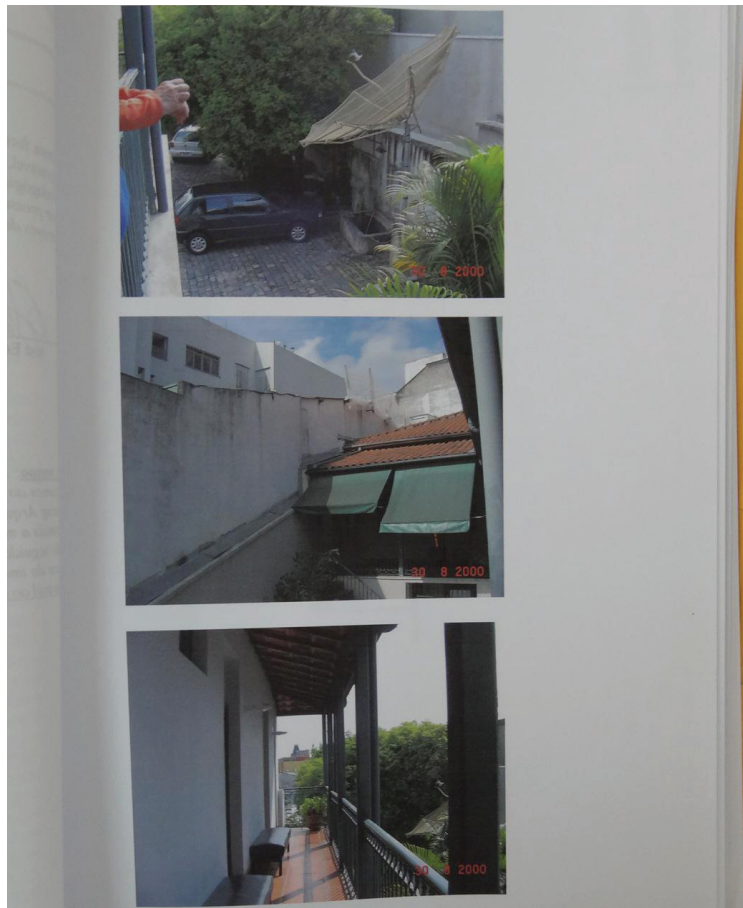
Condephaat – referentes ao projeto de ampliação e à correspondência entre o escritório de arquitetura, os técnicos do Condephaat, do Departamento de Museus e Arquivos do Estado de São Paulo (Dema) e do Iphan – constituem os mais extensos e consistentes materiais produzidos sobre o bem cultural que aqui analisamos. Decorridos mais de 40 anos desde a patrimonialização, finalmente encontramos preocupações mais voltadas à edificação como um vestígio do Oitocentos e como testemunho da residência de Rodrigues Alves, temas a que voltaremos adiante. Ademais, os técnicos envolvidos buscam juntar os diferentes órgãos de patrimônio no encaminhamento do dito projeto, embora não consigam se reunir. Sem razão aparente, em abril de 2003 o processo é destinado ao protocolo para aguardar informações e termina sem notação de encerramento (SÃO PAULO, 2002, f. 55).

FIGURA 5

Fotografias da parte posterior da Casa de Rodrigues Alves, em agosto de 2000.

Fonte: CONDEPHAAT (SP). Processo 43684/02, f. 16.

Fotografia: Arquiteta Tereza Epitácio.



As últimas obras de conservação e restauro realizadas na Casa do

Conselheiro Rodrigues Alves terminaram em 2010, mas não estão disponíveis os documentos que as registram. Nesse momento ainda transcorria o processo de municipalização do MHP Rodrigues Alves, que até o momento não chegou a bom termo. Atualmente, o museu não está em funcionamento¹⁰.

Vejam, agora, a trajetória pela qual passou a Casa de Rodrigues Alves desde que foi tombada pelos órgãos federal e estadual, no final da década de 1960. Entre as dezenas de ocorrências que ficaram documentadas – como artigos de jornal que denunciavam degradação, pedidos de autorização para obras em imóveis nas proximidades, registros das obras de conservação etc. –, selecionamos os episódios que melhor representam essa trajetória e os mais significativos quanto a veiculação de conteúdos históricos.

Em outubro de 1976, no comando do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vinício Stein Campos pediu que o Condephaat fizesse uma vistoria na casa porque fora informado de que o telhado estava tomado por cupins e de que os documentos do ex-presidente estavam guardados na garagem, parcialmente expostos à chuva, o que já teria causado a perda de metade deles. Dias depois, o arquiteto Raphael Gendler visitou a casa e afirmou que não pôde subir no telhado para verificar se havia infestação por cupins, mas que a caseira lhe informara que os proprietários tinham chamado um técnico há pouco tempo e que este assegurara que o telhado nada continha de cupim. Além disso, Gendler informou que a edificação sofrera reforma em 1932 que a descaracterizou bastante, tendo sido trocados telhado, janelas, portas, batentes, piso e forro – que agora é de gesso¹¹ (SÃO PAULO, 1976, f. 3 e 4).

10. Durante esta pesquisa encontramos registro de duas situações em que instâncias federais cobraram o funcionamento do museu, uma delas é de 18 de março de 2014, quando o Ministério Público Federal, pela Procuradora da República de Guaratinguetá Flávia Rigo Nóbrega, quis apurar denúncia de má gestão do MHP Conselheiro Rodrigues Alves e, para isso, oficiou a Prefeitura para que em 15 dias informasse: “se o imóvel denominado ‘Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Rodrigues Alves’ [...] encontra-se devidamente restaurado e revitalizado, informando a origem dos recursos utilizados”; se há uso atual do imóvel e, se não, se há projeto e previsão de reabertura; se não houver projeto ou previsão de abertura pela prefeitura, “que justifique os motivos pelos quais o Museu ainda permanece fechado”. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/Doc_Museu_Guaratingueta.pdf/view>. Acesso em: 8 jan. 2015. Note-se que o texto do Ministério Público Federal confunde a edificação tombada com o museu; este se deu em um texto do Ministério da Educação e Cultura de junho de 1971 (BRASIL, 1964, f. 56).

11. Sobre os documentos do “arquivo do Conselheiro”: “está devidamente catalogado e acondicionado em sacos de plástico, depois que foram examinados pelo historiador Afonso Arinos [...]. Tal arquivo também não corre perigo, por razões óbvias” (SÃO PAULO, 1976, f. 6).

FIGURA 6

Fotografias inseridas nos autos da vistoria de outubro de 1976 mostram o exterior da Casa de Rodrigues Alves, na Rua Dr. Morais Filho e na Rua Dr. Martiniano.

Fonte: CONDEPHAAT (SP). Processo 20129/76, f.5.

Fotografia: autoria desconhecida.



Em julho de 1978, o Gabinete do Governador determinou ao Condephaat que realizasse com urgência o levantamento das características físicas da Casa de Rodrigues Alves (SÃO PAULO, 1976, f. 8). Na realidade, atendendo ao pedido dos herdeiros de Rodrigues Alves representados por Afonso Arinos Melo Franco, o Governo paulista se movimentava para desapropriar a casa. Pela primeira vez, inicia-se uma descrição mais acurada da casa, e são elaboradas as plantas dos dois pavimentos do prédio. No final desse mês, Raphael Gendler fez nova vistoria e em seu relatório deu mais detalhes sobre os pisos das diferentes partes da casa e ainda afirmou que “as paredes de taipa passaram durante as sucessivas reformas por encamiamento de tijolos, sendo que as paredes divisórias, que teriam sido de pau a pique, encontram-se substituídas por tijolos” (SÃO PAULO, 1976, f. 10-11).

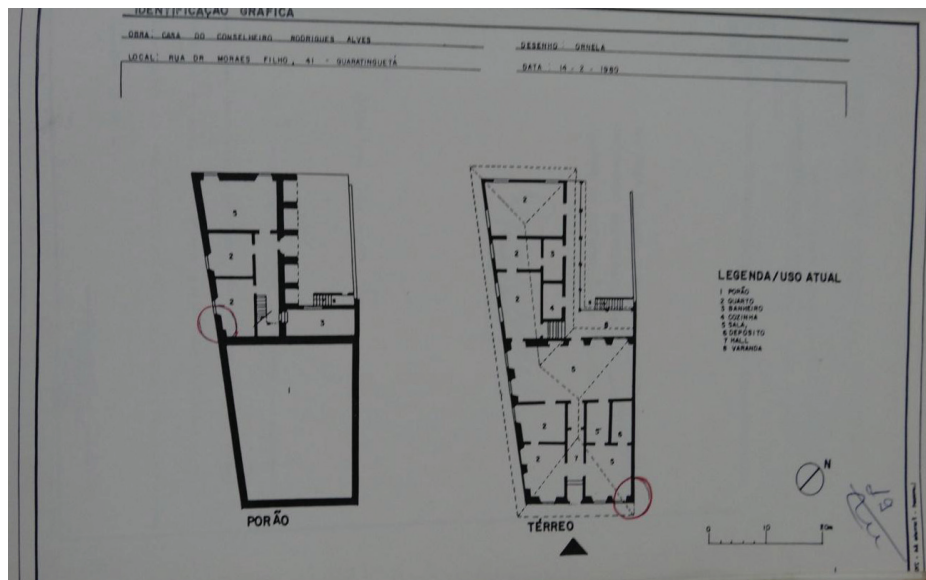
No ano seguinte, pelo Decreto nº 13.257 de 20 de fevereiro, o Governo do Estado de São Paulo declarou de utilidade pública e desapropriou a Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, que se encontrava tombada há uma década, ainda sob os cuidados da família. Replicados em vários processos do Condephaat, há inúmeros registros dessa transferência de propriedade entre os herdeiros do Presidente da República e o Governo paulista, o que nos facultou conhecer o bem tombado com mais precisão por incluírem

um levantamento arquitetônico mais minucioso, e também nos facultou esclarecer um equívoco recorrente no tratamento dos bens tombados neste país: a família de Rodrigues Alves não doou o imóvel ao Estado de São Paulo, este pagou àquela pelo terreno e pela edificação, de acordo com avaliações de mercado¹². O laudo avaliatório de junho de 1978 atesta que a casa tinha 10,7 metros de frente na Rua Dr. Moraes Filho e pouco menos de 50 metros de fundo na Rua Dr. Martiniano. A área do terreno era de 643 m² e a área construída tinha 465 m². A edificação principal tinha 7 dormitórios, sendo 2 no pavimento inferior; 2 banheiros, 1 em cima e 1 embaixo; 1 sala em cada pavimento e, no térreo, além da cozinha, havia 1 sala de música, 1 biblioteca e 1 quarto de vestir. Separada do corpo principal, havia, nos fundos, uma edícula com banheiro pequeno e garagem. Nem mesmo nessa documentação referente à aquisição do imóvel se levanta seu histórico no cartório local; ou seja, nem nessa circunstância se registrou nos autos do patrimônio a data em que a casa foi construída, o que já preocupava Luis Saia na metade da década de 1960, quando era preciso justificar o tombamento.

FIGURA 7

Desenho dos dois pavimentos da Casa de Rodrigues Alves mostram pontos de umidade encontrados pelo arquiteto José Rodrigues Fabricio Jr. na vistoria de fevereiro de 1980.

Fonte: CONDEPHA-AT (SP). Processo 20129/76, f. 19.



12. Nos autos do Condephaat não se documenta o que havia no interior da casa e foi computado no valor da “compra”, não se listam os móveis, objetos e documentos que seriam repassados pelos herdeiros e ficariam para a instalação do museu no local. É possível que o acervo de documentos do Dema tenha registro sobre tais elementos.

Ao longo da década de 1980, quando a casa já pertencia ao Estado de São Paulo, ocorreram muitos problemas com águas pluviais, antes e depois de o museu ali se instalar, em 1982. Repetidas vezes há notificação de infiltrações nas paredes e nos muros de taipa, principalmente no muro do fundo do lote, para onde corria toda a água da chuva; sempre se toca na necessidade de trocar calhas e rufos e dar cabo das goteiras que mancham o forro. Ainda em 1983, com o museu recém-instalado, a diretora D. Cida Couppé reclamou que o prédio tinha passado por obras superficiais, pois as infiltrações voltaram a aparecer. No ano seguinte, o diretor técnico do Condephaat, Marcos Carrilho, confirmou em vistoria a impressão de D. Cida, dizendo que os problemas eram graves; ainda nos trâmites para começar as obras de que a casa necessitava há anos, em 1985 escreveu ao Presidente do Condephaat:

Saliento que o Condephaat [...] realizou obras de restauração no imóvel no ano de 1981. [...] Entendemos que esta situação é fruto da ausência de uma política no âmbito da Secretaria da Cultura, que assegure os recursos mínimos necessários à manutenção de seus próprios, recaindo o ônus sobre o Condephaat. [...] (SÃO PAULO, 1976, f. 80)

Apesar de se constatar a gravidade dos problemas do prédio, o tempo se perdia nos erros ao licitar e repassar verbas e na discussão sobre qual era o órgão responsável por autorizar, pagar, executar e gerenciar as obras, e se estas eram de natureza ordinária, da ordem da manutenção, ou se necessitavam de acompanhamento técnico, porque se tratava de restaurar. Em outubro de 1985, constatou-se que as rachaduras das paredes eram profundas e podiam comprometer a estrutura da casa (SÃO PAULO, 1976, f. 111).

Em julho de 1986, o Condephaat condenou um reparo que a Prefeitura tinha feito no telhado poucos meses antes e a diretora do museu interditou o local¹³. Em vistoria de outubro de 1987, o arquiteto Paulo Sgarbi entende que os danos da casa não são estruturais e que o maior problema está na junção entre a parte antiga e a parte nova da casa, sendo a primeira de taipa,

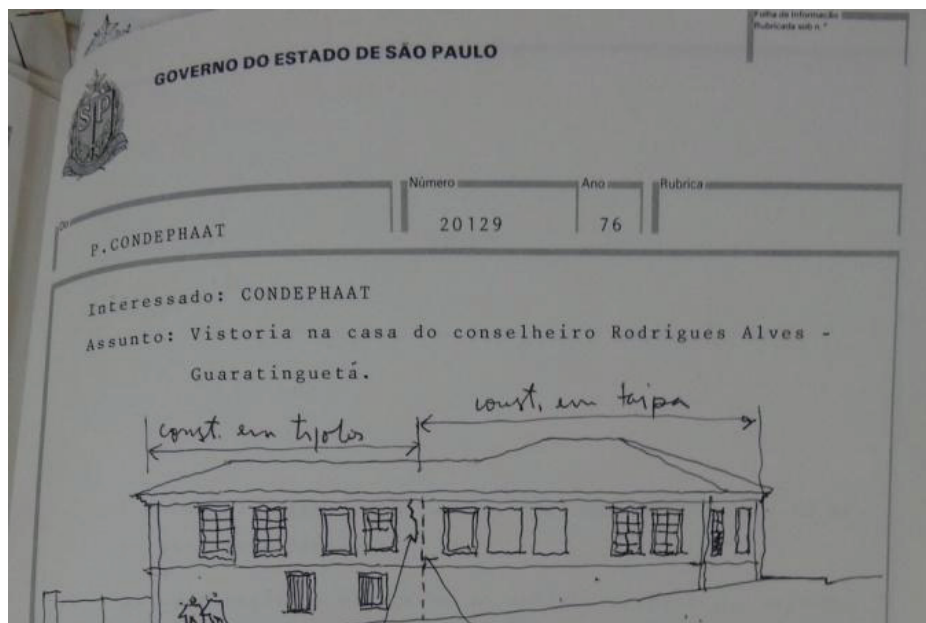
13. Nesse período há um bom volume de correspondência com denúncias e clamores pelo museu e pela casa, cartas e telegramas que vêm da família de Rodrigues Alves, da Câmara Municipal e de cidadãos comuns que chegam até o Governador do Estado (SÃO PAULO, 1988).

e esta de tijolo; seu desenho mostra com eloquência que a compreensão da casa se ampliava devido à necessidade de manutenção:

FIGURA 8

Desenho de Paulo Sgarbi representa a face lateral da casa da Rua Dr. Martiniano e aponta as duas partes da edificação, a primeira em taipa e a mais recente em tijolos, em outubro de 1987.

Fonte: CONDEPHAAT (SP). Processo 20129/76, f. 162.



As obras reiniciaram no final de 1990, quando o museu funcionava em outro prédio há dois anos; a essa altura, o muro de taipa da Rua Dr. Martiniano já tinha caído e a casa, vazia, tinha sofrido invasão e depredação (SÃO PAULO, 1988).

Sabemos o que ocorreu com a casa durante a década de 1990 pelos processos relativos ao entorno do bem tombado que estão armazenados no arquivo do Condephaat. No terreno pegado, no número 55 da Rua Dr. Moraes Filho, em 1991, o proprietário queria construir uma edificação para abrigar sua loja de armarinhos. Em 1998, outro proprietário quis autorização para construir no mesmo terreno um pequeno centro comercial de três pavimentos, para o que teve anuência do Condephaat e impedimento da parte do Iphan, que só lhe permitiu dois andares na construção. As fotografias a seguir, inseridas nos processos em questão, mostram a casa e seu entorno imediato nesse período:

FIGURA 9 e 10

Fotografias mostram a frente da Casa na Rua Dr. Morais Filho e o terreno ao lado, repleto de lixo e entulho, onde o proprietário pretendia implantar uma loja de armarinhos, em 1991.

Fonte: CONDEPHA-AT (SP). Processo 28915/91, f. 4 e 5.

Fotografias: Fornecidas pelo interessado; autoria desconhecida.



FIGURA 11

Fotografia em que se vê a frente do estabelecimento comercial construído no começo da década de 1990 ao lado da Casa de Rodrigues Alves, à esquerda. Note-se a pichação no alto da loja.

Fonte: CONDEPHA-AT (SP). Processo 37666/98, f. 7.

Fotografia: Fornecida pelo interessado; autoria desconhecida.

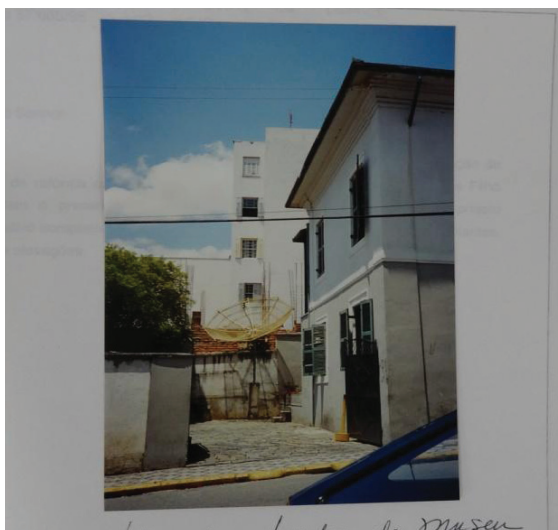


FIGURA 12

Fotografia em que se vê o fundo da edificação central, em abril de 2000. Note-se o estado das janelas de madeira do pavimento inferior.

Fonte: CONDEPHA-AT (SP). Processo 37666/98, f. 32.

Fotografia: Arquiteta Tereza Epitácio, do Condephaat.



Como mostramos, houve em 2002 um projeto para cobrir o quintal da casa e ampliar a área de uso do museu, do qual trataremos adiante, pois contém diversos elementos históricos. Depois, houve uma longa e cara reforma concluída no ano de 2010, mas o museu não retornou à Casa de Rodrigues Alves. No momento, os dois permanecem fechados – a casa e o museu.

A HISTÓRIA QUE CIRCULOU NOS ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO

A análise que empreendemos acerca dos elementos históricos mobilizados nos processos de patrimonialização faz-se a partir dos seguintes questionamentos: quem e como apresenta elementos do passado, quais são as fontes desse conhecimento; quais aspectos e quais períodos do passado são postos em foco, se apenas o contexto de origem – o da construção e seu primeiro proprietário, por exemplo – ou se se leva em conta a trajetória do bem edificado e as intervenções por que passou; por fim, buscamos apreender como esses elementos do passado são vinculados, ou não, à materialidade da edificação, ou seja, em que medida o bem tombado, na sua especificidade, é apresentado como expressão dos atributos históricos que justificam sua proteção. Foi preciso tomar minuciosamente o que ficou registrado nos autos para verificar como e em que medida nos órgãos de patrimônio se apreende a historicidade das etapas por que passou a casa onde morou Rodrigues Alves.

Da mesma maneira como se fazia nos demais tombamentos de edificações na década de 1960 no Iphan e no Condephaat (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000), não houve pesquisa histórica para embasar a patrimonialização da Casa de Rodrigues Alves. No processo federal e no estadual não há nenhuma referência de obras historiográficas; um único e inconsistente parecer histórico foi suficiente para encaminhar a votação nos dois conselhos; nas duas instâncias esperava-se que os dados históricos fossem fornecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo na figura de Vinício Stein Campos. Na leitura dos autos, notamos que eram menos relevantes os dados históricos como atribuidores de valor à edificação e eram mais importantes os sumários dados que garantiriam o andamento e a eficácia jurídica do tombamento, como os nomes dos proprietários que deveriam ser notificados e fotografias que serviam mais para mostrar o

estado de conservação do que as características arquitetônicas do prédio.

No parecer de Luis Saia, a casa não era exemplar significativo das construções de sua época; além do mais, tinha sofrido muita alteração ao longo do tempo. Por essas razões, não tinha valor arquitetônico. Segundo ele, portanto, o tombamento teria de se sustentar sobre o valor histórico e, para isso, era fundamental se certificar de que o Presidente Rodrigues Alves tinha mesmo residido naquela casa (BRASIL, 1964, f. 13-15) – o que nunca se chegou a documentar, nem nos autos de tombamento e nem posteriormente. No momento do tombamento federal, pesou o depoimento de Afonso Arinos afirmando que a casa abrigava documentos valiosos para o passado do país. Lembremos ainda que na ocasião o relator Lacombe indicava que a casa deveria ser mantida como estivera na época da morte de Rodrigues Alves, em 1919. Na decisão do tombamento houve, então, menção a dois supostos atributos históricos da casa de que o Iphan não voltou a tratar: o acervo de documentos do Presidente da República e o conjunto de objetos e mobiliário que compunham a ambiência residencial onde viveu o patrono¹⁴. Poderíamos suspeitar que o museu a ser instalado na casa se responsabilizaria pelo acervo documental e pela manutenção do aspecto domiciliar, mas o depoimento de Lacombe faz referência explícita ao 4º Distrito do Iphan como responsável pela tarefa.

No tombamento estadual deu-se o mesmo: Carlos Lemos afirmou que a casa não tinha valor arquitetônico, e Vinício Stein Campos disse que a casa merecia ser monumento apenas por ter sido residência de um Presidente da República, isto é, seu valor evocativo à memória de Rodrigues Alves era suficiente para sua preservação, mesmo que ali não se mostrasse nenhum vestígio concreto de sua vida. Stein Campos trouxe ainda muitos elogios ao Presidente, mas a única informação objetiva apresentada sobre seus feitos foi a de que tinha operado o saneamento da cidade do Rio de Janeiro durante seu mandato presidencial (BRASIL, 1969, f. 18 e 20).

Enfim, não se firmam com clareza os aspectos e valores históricos

14. A discussão sobre o fato de a casa histórica possuir ou não um acervo documental relativo ao seu patrono já chegou a ser determinante nas decisões de tombamento (RIBEIRO, 2012, p. 223). A nosso ver, deve-se analisar cada caso; não pode haver regra para decidir acerca da relação entre bens edificados e acervos históricos que, por sua natureza, serão sempre diversos e deverão ser apreendidos na sua especificidade.

que circundam os tombamentos federal e estadual e que deveriam servir como orientação para a conservação do bem tombado. Há ideias ligeiras sobre o passado da casa e do Presidente Rodrigues Alves e nada é claro e consistente a ponto de orientar os gestores do patrimônio do futuro no encaminhamento a ser dado para que aquilo que se valoriza seja mantido e possa ser apresentado aos cidadãos ao longo do tempo (CASTRIOTA, 2011).

O parecer alongado de Stein Campos para o Condephaat também estabelecia outras relações entre os aspectos arquitetônicos e históricos do prédio em tela: pugnava que “o monumento arquitetônico, mais que o documento escrito ou a mensagem da tradição oral, traz do passado as informações mais seguras e perfeitas”, acreditava que esta casa expressava um período da arquitetura e que “muitas mensagens palpita[va]m naquele conjunto arquitetônico”. Stein Campos terminava aludindo à necessidade de investigação que levasse às “fecundas conclusões” sobre a casa. Defendia, assim, que primeiro se tombasse a edificação e, depois, se fizessem os estudos para melhor compreendê-la (SÃO PAULO, 1969, f. 20). Excetuando-se a valorização dos aspectos estéticos, que nesse caso não foram levados em conta, fez-se neste tombamento do Condephaat o que os estudiosos caracterizaram como *modus operandi* do Iphan durante parte do século XX: considerava-se desnecessário elaborar justificativas consistentes – com um mínimo de objetividade –, o valor histórico dos bens não requeria melhor tratamento e a prioridade era assegurar a preservação das edificações pelo tombamento (FONSECA, 2005, p. 116). Sabia-se de antemão o que tinha valor e porque tinha valor e, portanto, sabia-se de antemão o que deveria ser preservado; as discordâncias, pontuais, não chegavam a deflagrar debate ou reflexão sobre os bens em questão.

Esse saber anterior era, antes de tudo, o afã político de consolidar a identidade regional e, como parte dessa identidade, inserir os paulistas na memória da criação da República no país. Para além das decorrências ideológicas e políticas que isso pôde gerar, aqui apontamos para o fato de que permite avançar na patrimonialização sem pesquisa histórica e, ao longo do tempo, viabiliza a configuração de um passado pouco nítido.

Não se apurou a data de construção da casa para os tombamentos e tampouco nas décadas posteriores isso foi feito para informar as obras de conservação. Os autos inúmeras vezes repetem que a casa foi “construída

antes de 1870, em taipa” e que foi danificada durante a Revolução de 1932, quando tomada pelas tropas federais (SÃO PAULO, 1976, f. 4). Igualmente, deve se sustentar por transmissão oral a afirmação de que a configuração atual do prédio vem de uma reforma da década de 1940, pois nada disso foi certificado. Assim, com exceção do cuidado para evitar que a água encontre a taipa, não há outro elemento ou aspecto da construção oitocentista que mereça tratamento especial.

Resta-nos a impressão de que o fato de Saia e Lemos – o primeiro pelo Iphan em 1965-1966, e o último pelo Condephaat em 1970 – terem sido impedidos de entrar na casa determinou que desde a origem a patrimonialização se fizesse calcada na edificação tal como pode ser vista da rua, por sua volumetria e caráter da fachada e não pelas divisões internas que permitiriam melhor percebê-la como morada. Aliás, quase todas as fotografias que instruem os processos aqui analisados são tomadas do exterior da casa¹⁵. O interior da casa só adquire visibilidade quando se trata de instruir o processo de desapropriação do imóvel, no final da década de 1970; daí em diante, qualquer traço oitocentista do prédio servirá para esse fim ou será instrumentalizado para as obras de conservação que, como mostram os autos, constituem-se primordialmente em consertos do que estava danificado.

Mais do que um documento da residência que foi no passado, o prédio tombado da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves é hoje um monumento, está mantido no ambiente urbano para lembrar que naquela cidade nasceu e viveu um homem que chegou ao posto máximo da nação (LE GOFF, 1990). Também por isso – por valer mais pelo poder evocativo à memória do Presidente da República do que como vestígio material das residências da segunda metade do Oitocentos e das primeiras décadas do Novecentos –, nos documentos do patrimônio, a casa sempre foi apreendida exclusivamente por sua edificação central, sem se mencionarem os equipamentos e serviços que existiram, no passado, na parte posterior; referimo-nos a árvores frutíferas, galinheiro, quaradouro de roupa etc.¹⁶

15. Nos autos do Condephaat, o único caso em que o interior da edificação é retratado deve-se à necessidade de registrar as manchas de umidade e, portanto, trata-se de tomadas estreitas, em que se veem partes de paredes e do teto e não se apreende o ambiente (SÃO PAULO, 1976, f. 114 e ss.). Pelo Iphan, há fotografias tiradas em junho de 1969, das quais duas são mostradas neste texto.

16. Contemporânea da Casa de Rodrigues Alves na origem e no tombamento, a Casa de Prudente de Moraes, em Piracicaba, recebeu o mesmo tratamento (SIQUEIRA, 2014).

Na leitura dos autos percebemos que, com o passar do tempo, aprimora-se a compreensão acerca das questões do patrimônio cultural e do tratamento a ser conferido aos bens históricos tombados. Entretanto, esse conhecimento não se vincula diretamente à especificidade da Casa de Rodrigues Alves. Rara é a vez, por exemplo, em que se junta o entendimento de como se deu a construção desse prédio no passado com alguma intervenção a ser realizada no presente, como vimos no desenho de Paulo Sgarbi que mostra as duas partes da casa, uma mais antiga erguida em taipa e outra mais recente feita de tijolos (SÃO PAULO, 1976, f. 162). O mais comum é que os projetos de intervenção sejam cada vez mais longos e detalhados, e tentem respeitar a idade da edificação, mas não ultrapassem as generalidades, como na “listagem dos serviços complementares das obras de conservação e restauro do imóvel, com o respectivo Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária”, elaborados pela Diretora Técnica do Condephaat em agosto de 1990 (SÃO PAULO, 1989, f. 57 e ss.). Muito avançado em relação ao que se propôs nas décadas anteriores para o bem tombado, esse projeto toma a Casa de Rodrigues Alves como fosse toda construída em taipa e como fosse igual a todas as outras construções de taipa. Em mais de 10 páginas, numa redação esmerada e clara, o documento inicia com as “considerações gerais” em que a arquiteta afirma que o processo de restauração difere das construções e obras “comuns” e por isso pede cuidado com o aquecimento da comida dos trabalhadores no interior do prédio, com os respingos de tinta, com o estrago de madeira por pregos e outros materiais pontiagudos; no mesmo sentido, alerta:

[...] é muito importante que sejam preservados e recuperados os elementos originais da construção, evitando-se, o mais possível, intervenções que levem à substituição total, sem uma prévia e cuidadosa avaliação das peças que podem ser reaproveitadas. (SÃO PAULO, 1989, f. 59)

Na longa listagem dos serviços a serem realizados, a décima parte deles mereceu tratamento que poderíamos qualificar como específicos para uma edificação “histórica”, mas não para esse bem tombado em especial: na revisão do telhado, as telhas devem ser retiradas aos poucos e devem ser escovadas, tentando-se ao máximo manter as mesmas telhas, sem troca;

mas, se for necessário trocar, que seja por outras de mesma dimensão. Durante o destelhamento, as paredes de taipa e as peças de madeira devem ser cobertas para não entrarem em contato com água. Na construção do muro em alvenaria de tijolos da Rua Dr. Martiniano, originalmente de taipa, deve-se obedecer à antiga largura de 60 centímetros. Nos revestimentos externos, o acabamento não deve ocultar a irregularidade da taipa. E, por fim, quando trata das instalações elétricas e hidráulicas, a arquiteta pede que tudo seja embutido.

No projeto de ampliação do museu apresentado em 2002, a obra pretendida é a cobertura do quintal da casa, mas, de fato, com o desenvolvimento do projeto percebemos que se trata de uma reestruturação do MHP Rodrigues Alves, pois as muitas páginas elaboradas pelo escritório de arquitetura a pedido da Associação de Amigos do museu incluem “análise e avaliação do potencial de uso oferecido pela edificação” e “elaboração de painéis de exposição a serem instalados nas salas existentes, no espaço de exposição a ser criado e/ou nas áreas externas” (SÃO PAULO, 2002, f. 25). Com efeito, esse projeto é bastante respeitoso quanto ao bem tombado, pois de partida pretende levar em conta:

- a) a manutenção da clareza na leitura da tipologia do edifício
- b) a adequação do novo programa de uso ao potencial oferecido pelo edifício
- c) o respeito às técnicas construtivas tradicionais utilizadas [...]
- f) o cuidado à integridade e estabilidade da edificação tombada. (SÃO PAULO, 2002, f. 24)

Mais adiante, o projeto explica os temas a que se submeterão os painéis da exposição, com muita atenção à história de Rodrigues Alves, da cidade de Guaratinguetá e da casa oitocentista. Com precisão, distingue e vincula expressamente a casa e o museu, comprometendo-se à “valorização dos elementos arquitetônicos do edifício, entendido em si como parte fundamental do próprio museu”. Sob o ponto de vista da relação entre a casa e o museu e sob o ponto de vista do passado dessa edificação específica e do seu patrono nas obras a serem realizadas, esse programa organiza-se em torno de princípios bastante consistentes; ainda assim, é frágil quanto

aos elementos históricos que facultariam realizar essas proposições. É incerto tudo aquilo que é propriamente histórico no projeto, isto é, todas as informações objetivas sobre o passado se ressentem da pesquisa que não se empreendeu desde a década de 1960: para a história da edificação, permanece o uso da frase “a casa foi erguida antes de 1870, em taipa”; para a história do patrono Rodrigues Alves, copia-se integralmente um texto biográfico marcadamente laudatório que aparecia nos processos oficiais da década de 1980 (SÃO PAULO, 2002, f. 35 e 34). Além disso, revelando a maneira pouco aguda de apreender a trajetória de patrimonialização da casa, o projeto afirma que o imóvel foi doado pela família de Rodrigues Alves ao Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2002, f. 29).

Em fevereiro de 2003, pelo Iphan, José Saia Neto dá seu parecer, dedicando atenção a diferentes pontos, propondo caminhos para o projeto museográfico, para o projeto de comunicação visual, para a restauração do acervo, para que não se gastasse com coquetel e assessoria de imprensa etc.; quanto à edificação tombada, propõe “a reversão das intervenções descaracterizadoras que o prédio sofreu” (SÃO PAULO, 2002, f. 43-44). Como o processo encerrou-se logo depois, ficamos sem saber como e em que medida se efetivaram as obras; sequer sabemos a quais intervenções referia-se Saia Neto, se a reversão que propunha significava retornar a forma da casa àquela do seu contexto de origem, sem o corpo erguido em tijolos.

Como afirmamos, não nos move neste trabalho a intenção de cobrar um posicionamento mais democrático e uma visão mais antropológica acerca do passado de Francisco de Paula Rodrigues Alves e da casa em que ele morou parte de sua vida - o que seria, antes de mais nada, anacrônico. Desvelar os procedimentos e as ideias usados nos órgãos de patrimônio para configurar o caráter “histórico” atribuído aos bens tombados não tem por meta elencar os equívocos cometidos ao longo de décadas, mas explicitar como, no amontoar dos autos, foram se construindo maneiras de entender o passado e dele extrair o que estava previamente posto como valor. É para fertilizar a reflexão sobre como apresentar a Casa de Rodrigues Alves na atualidade que buscamos conhecer como se processou a construção de um passado pouco nítido, em que se misturam a figura de um Presidente da República do começo do século XX, uma casa de taipa construída em meados do século XIX e uma casa que foi residência de Presidente da

República até 1919.

O passado da casa pode ser tomado em diferentes graus e com diferentes intenções. Pode-se tomar a casa apenas por seu valor evocativo à memória de Rodrigues Alves, ignorando sua materialidade; dessa maneira, a edificação pode se reduzir ao abrigo do museu, onde o acervo exposto – e não a casa – apresenta a figura de Rodrigues Alves; no limite, o museu pode se instalar em qualquer outro prédio e, por outro lado, a casa pode permanecer vazia ou abrigar qualquer outra instituição e ainda assim manter seu caráter de monumento, atestado por uma placa oficial na porta de entrada. É possível tomar a casa no seu contexto de origem e por ela chegar ao entendimento de como se faziam as moradas de taipa no território paulista na metade do Oitocentos, quando as paredes da frente ficavam no limite do lote e quando se aproveitava o desnível do terreno para o porão, por exemplo. Nessa perspectiva arquitetônica, pode-se avançar nas décadas e tomar as alterações sofridas pela edificação ao longo do tempo, como a alvenaria de tijolos, o acréscimo de banheiros e outros. Também considerando a fisicalidade da construção, mas ultrapassando em parte os aspectos propriamente arquitetônicos, a casa pode ser tomada como lugar e revelar os modos de vida na segunda metade do século XIX e no começo do século XX.

Buscando ecoar junto ao que interessaria à atualidade, fazendo uso da casa, haveria muitas maneiras de abordar o período em que viveu Rodrigues Alves, seja sob o ponto de vista dos costumes da sociedade cafeeira paulista, ou de como a história dos grandes homens da república pode mostrar o esgarçamento da escravidão e o funcionamento do Estado no final da Monarquia e nas primeiras décadas da República. Em qualquer abordagem, para ganhar inteligibilidade na apreensão do passado fazendo uso da Casa de Rodrigues Alves, seria apropriado começar por distinguir as diferentes épocas que esse bem cultural envolve e quais aspectos do passado podem ser mostrados em cada uma dessas épocas, sejam aspectos arquitetônicos, políticos, cotidianos, urbanísticos etc. Como indica García Canclini, pode ser um bom caminho revelar as dificuldades que têm os especialistas para descobrir o sentido das coisas, partilhar os questionamentos que se podem fazer sobre o sentido atual e, principalmente, dar transparência ao caráter construído e teatralizado das tradições (CANCLINI, 2003, p. 201-204).

Para ser fiel às razões que levaram ao seu tombamento, é preciso que a casa seja tomada como a residência de Rodrigues Alves; para isso, entretanto, deve-se lembrar que a vida deste homem compreendeu muitas décadas, ao longo das quais mudou o modo de morar nas cidades paulistas, mudaram as casas e as cidades paulistas. Algumas vezes ao longo dos autos, para mostrar que a situação estava sob controle, técnicos, proprietários e autoridades públicas afirmaram que “a casa mantinha-se em bom estado, com o mobiliário da época”; a que época se referiam?

A casa para onde se mudou o jovem Rodrigues Alves, supostamente na segunda metade da década de 1870, é diferente da morada que existia em 1919, quando este Presidente da República eleito morreu no Rio de Janeiro, vítima da gripe espanhola. Daí uma das muitas complexidades da tarefa de apresentação deste bem histórico na atualidade: o manejo de tempos diferentes num único local.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Orgs.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 52-63.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Divisão de Estudos e Tombamentos. *Processo 738-T-64 - Casa: antiga residência do Conselheiro Rodrigues Alves - Guaratinguetá/SP*. Rio de Janeiro, 1964.
- _____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo Central. *Guaratinguetá/SP: Casa de Rodrigues Alves, fotos 71.214 a 71231*. Caixa 606, Pasta 02, E 11, Rio de Janeiro, jul. 1969. Série Inventário.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: UFBA, 2011. p.49-66.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. A sede do 4º Distrito: o Sphan em São Paulo. In: _____. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo:

Annablume, 2007. p.43-60.

GRIGOLETO, Maira Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu "Prudente de Moraes"*. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 535-553.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do Estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, nº 2, p. 175-204, jul.-dez. 2008.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado; Condephaat; Fapesp, 2000.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 07852/69 - Solicita o tombamento do prédio conhecido por Solar da Marquesa de Santos, que vem servindo de sede à Companhia de Gás*. São Paulo, 1969a.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 08497/69 - Solicita o tombamento da casa histórica que pertenceu em Guaratinguetá ao Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves*. São Paulo, 1969b.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 20129/76 - Vistoria na casa do Conselheiro Rodrigues Alves – Guaratinguetá*. São Paulo, 1976.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 26605/88 - Solicita Restauração da Casa Rodrigues Alves – prédio tombado pelo Sphan e Condephaat*. São Paulo, 1988.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 26618/88 - Solicita retirada da placa de mármore da Casa do Cons. Rodrigues Alves, em Guaratinguetá*. São Paulo, 1988.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 26948/89 - Conclusão das obras da sede oficial do Museu, em Guaratinguetá*. São Paulo, 1989.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 28915/91- Solicita autorização para construção no terreno situado à Rua Dr. Moraes Filho nº 55 - Guaratinguetá*. Interessado: Antonio Cardoso. São Paulo, 1991.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 33407/95 - Ofício ao Prefeito Municipal de Guaratinguetá solicitando a imediata paralisação das obras da TELESP próximas ao edifício do MHP "Rodrigues Alves" naquela cidade*. São Paulo, 1995.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Processo 37666/98 - Solicita aprovação de projeto no imóvel situado na Rua Dr. Moraes Filho nº 55 - Centro - Guaratinguetá*. Interessado: Alfredo Y. Koga. São Paulo, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. *Proposta de ampliação do Museu Rodrigues Alves - Interessado: Marcos Cartum Vallandro Keating Arquitetura*. São Paulo, 2002.

SIQUEIRA, Lucília Santos. A história da Casa de Prudente de Moraes em três tempos: no tombamento, nos restauros e na atualidade. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 10, nº 1, p. 48-67, jan.-jun. 2014.

RECEBIDO EM: 06/03/2015

APROVADO EM: 03/06/2015

LUCÍLIA SANTOS SIQUEIRA

Professora de História, Memória e Patrimônio no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). lsiqueira@unifesp.br